



DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

CBH - MÉDIO PARAÍBA DO SUL



Objetivos do diagnóstico

Diagnóstico Participativo

- Ampliar o conhecimento sobre a atual realidade institucional interna e externa, identificando suas lacunas, fragilidades, necessidades e potencialidades e limites à sua efetividade;
- Subsidiar a projeção de estratégias alinhadas às necessidades institucionais, tendo como meta a ampliação da capacidade de atuação e de produção de resultados efetivos para o Médio Paraíba do Sul.
- Coletar as expectativas e percepções dos atores em relação à atuação do CBH-MPS.

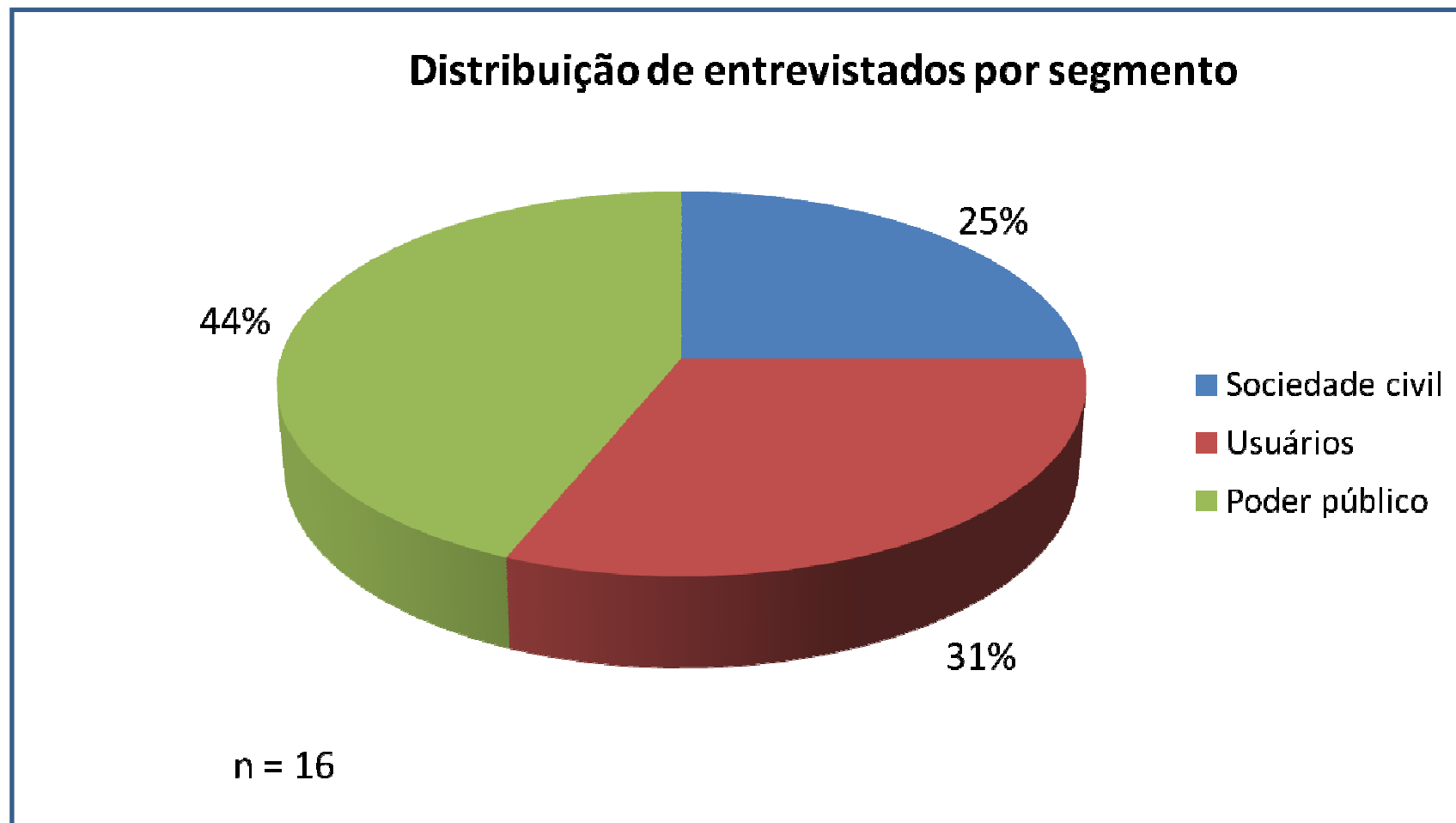


Coleta e Análise Documental

- Legislação federal e estadual de recursos hídricos;
- documentos normativos;
- documentos de constituição;
- regimento interno;
- atas de reuniões;
- deliberações;
- programas, planos e estudos vinculados ao funcionamento do CBH-MPS e ao Sistema de Recursos Hídricos do MPS.

Entrevistas Estruturadas

Realizadas com orientação específica para a coleta de informações relativas aos pontos de vista dos atores vinculados ao CBH-MPS



Missão

*“promover a **gestão descentralizada e participativa**, onde as discussões visam **aperfeiçoar a gestão da água e promover políticas e ações em prol do uso racional dos recursos hídricos**, bem como **estimular a articulação entre os diferentes segmentos da bacia hidrográfica** (indivíduos, grupos, entidades públicas e privadas e coletividades que, em nome próprio ou de terceiros, utilizam os recursos hídricos), visando o **uso sustentável dos recursos naturais, a recuperação ambiental e a geração de emprego e renda.**”*

Histórico

A criação do Comitê representou um marco importante na atuação do Poder Público na gestão dos Recursos Hídricos englobados pela região hidrográfica RH III, correspondente a sub-bacia do Médio Paraíba do Sul.

De acordo com o histórico de gestão foi somente após a sua instalação que a região passou a ser gerida por uma instância exclusiva.

Histórico

Até 1997, só havia um organismo de sub-bacia, o CBH-PS, responsável pela gestão das águas do Rio Paraíba do Sul no trecho Paulista.

A partir desta data outros organismos de sub-bacias foram criados, dentre eles a Associação dos Usuários de Água do Médio Paraíba do Sul – AMPAS (2001), que passou a representar esta região hidrográfica neste novo modelo de gestão proposto pelo governo federal. Em 2008 a região passou a ser representada pelo CBH-MPS.

Atualmente o Comitê está em sua segunda gestão.

Abrangência região hidrográfica RH III

Integral

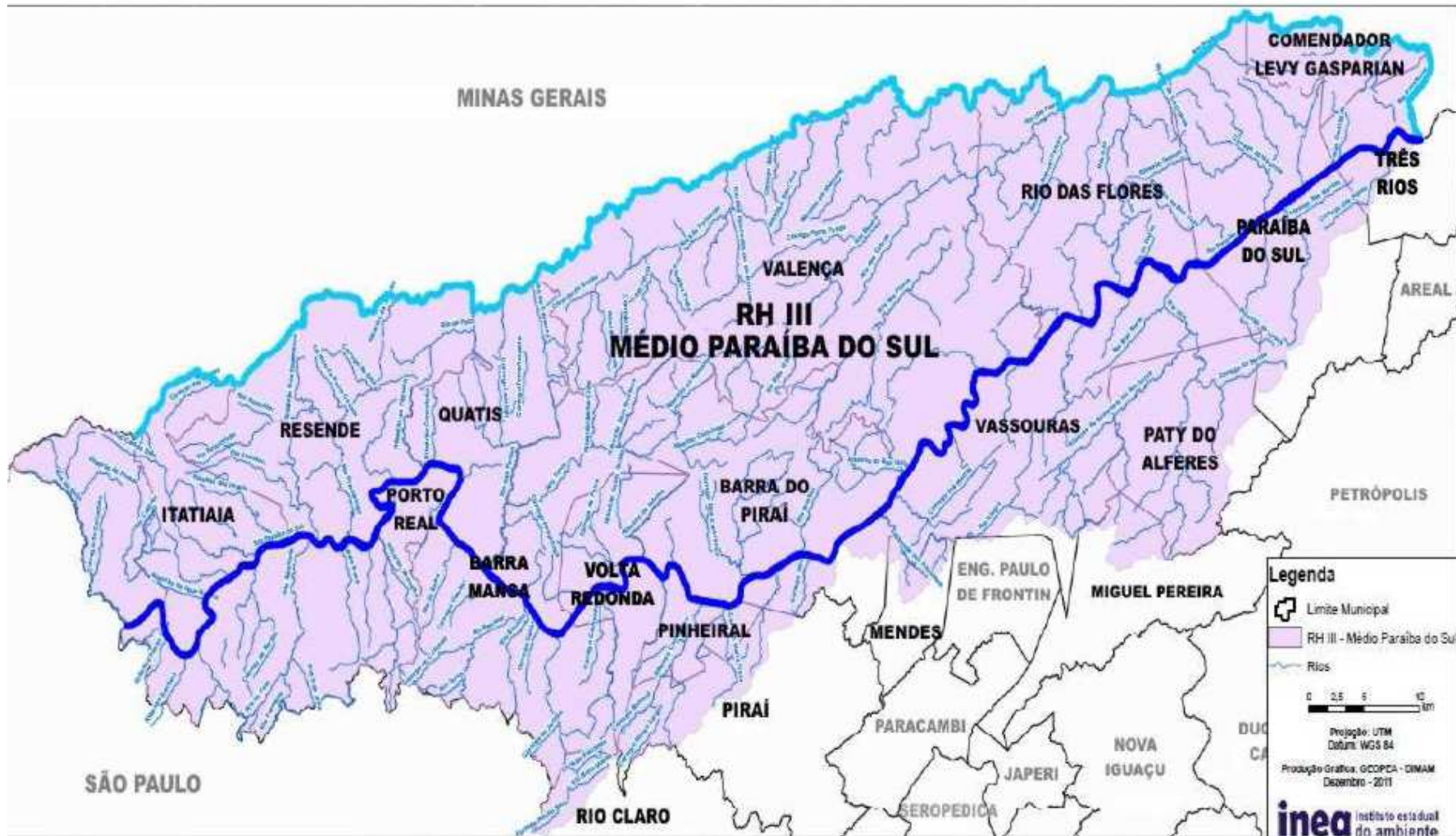
Itatiaia
Resende,
Porto Real
Quatis
Barra Mansa
Volta Redonda
Pinheiral
Valença
Rio das Flores
Comendador Levy Gasparian

Parcial

Rio Claro
Piraí
Barra do Piraí,
Vassouras
Miguel Pereira
Paty do Alferes
Paraíba do Sul
Três Rios
Mendes

Abrangência

Diagnóstico Participativo

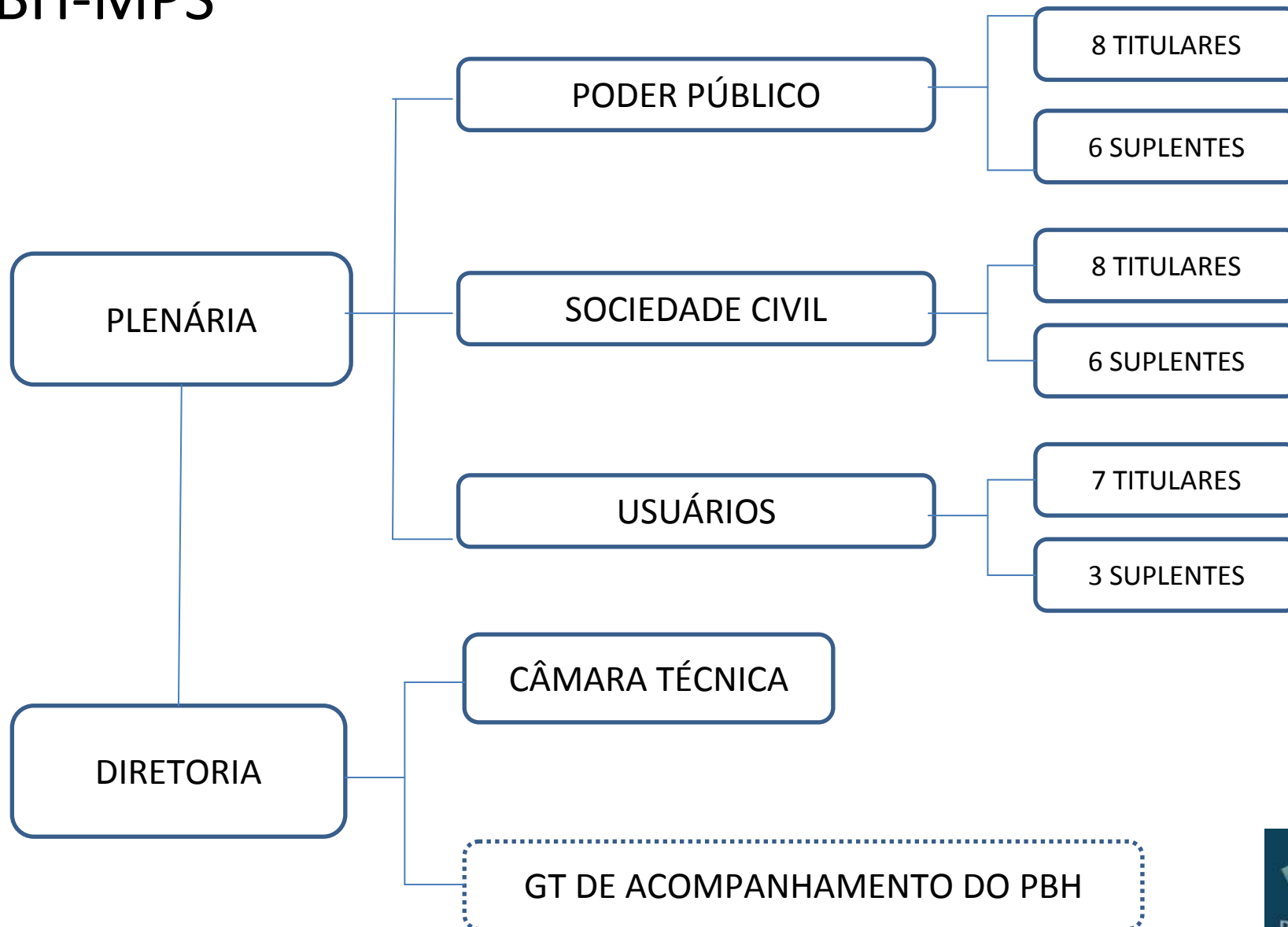


Fonte: INEA

Organograma

Diagnóstico Participativo

CBH-MPS



Funções e organização do Comitê

Diagnóstico Participativo

- Aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica;
- Acompanhar sua implementação;
- Definir a aplicação dos recursos arrecadados;
- Arbitrar em primeira instância sobre os conflitos existentes na área de abrangência do Comitê;

Funções e organização do Comitê

Diagnóstico Participativo

Para tanto, o Comitê prevê em seu Regimento Interno:

- quatro reuniões plenárias ao ano, abertas ao público, com a presença de seus membros que discutem e votam todas as matérias que lhe são submetidas.
- O quórum mínimo para a instalação de uma reunião plenária é de 50% dos membros podendo haver uma segunda convocação para 30 minutos após, observando o quorum de 1/3 dos membros representantes em exercício para instalação, garantida a representação de todos os segmentos, conforme disposto no capítulo VIII, art 32º do Regimento Interno.

- Antecedentes
- Instrumentos de Gestão
- Relação interinstitucional
- Comunicação Interna
- Comunicação Externa
- Participação
- Capacitação
- Acompanhamento e monitoramento

Análise dos resultados – Antecedentes

Diagnóstico Participativo

Maio 2012 – Reunião de avaliação e aperfeiçoamento dos procedimentos preconizados pelo Contrato de Gestão.

A reunião gerou um panorama com a indicação de pontos positivos e conflituosos em relação ao Contrato de Gestão celebrado pelo INEA e pelas agências delegatárias.

Os pontos identificados pelo grupo foram:



Análise dos resultados – Antecedentes

Diagnóstico Participativo

Pontos Facilitadores:

- **A existência das Agências Delegatárias;**
- **Existência do Contrato de Gestão;**
- **A participação e mobilização** propiciada pelo Contrato de Gestão e envolvimento das instituições (INEA, CBH e Agências);
- **Boa vontade e interesse positivo na ampliação do sistema formado pelos Contratos de Gestão**, em volume e em relação a ampliação do território de abrangência para outras bacias.

Análise dos resultados - Antecedentes

Diagnóstico Participativo

Pontos de Desafio:

- **Necessidade de melhor ou maior integração entre as entidades signatárias,**
- **Desconhecimento sobre as competências de cada ente envolvido (INEA, CBH, Delegatárias);**
- **Faltam procedimentos e padronizações relacionados aos elementos previstos no Contrato de Gestão;**
- **Há falta de projetos que possibilitem a ampliação da utilização de recursos existentes no Fundo Estadual de Recursos Hídricos;**
- **Burocracia;**



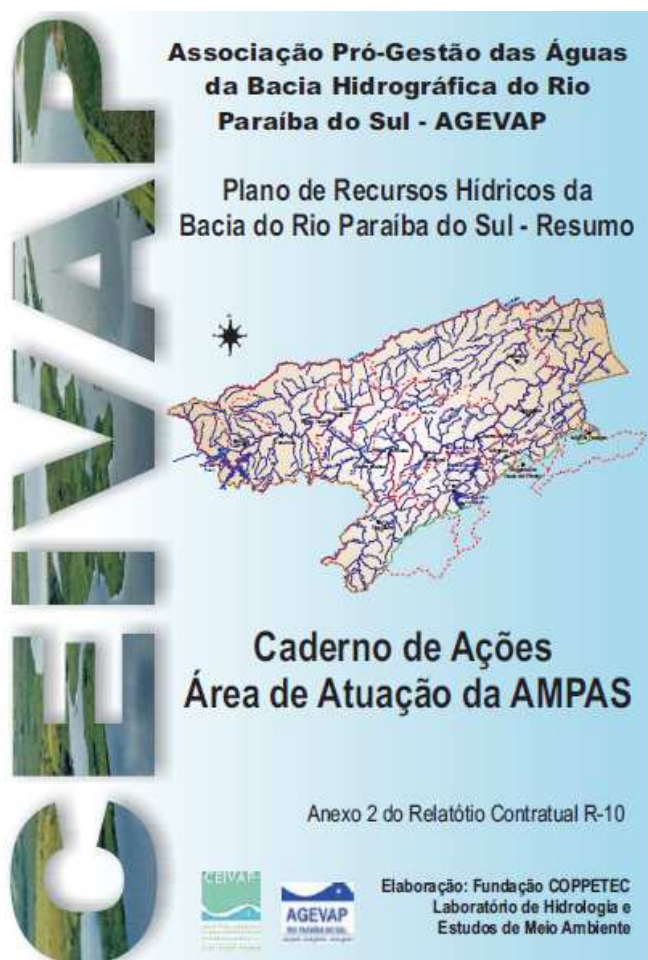
Análise dos resultados – Instrumentos de Gestão

Diagnóstico Participativo

INSTRUMENTO	ÂMBITO	FORMULADORES/ PROPONENTES	EXECUTORES
Plano Estadual de Recursos Hídricos	Estadual	CERHI / INEA	CERHI / INEA
Plano de Bacia Hidrográfica	Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul	CBH-MPS	CBH-MPS
Enquadramento**	Todas as bacias que não possuem critérios próprios para enquadramento dos corpos de água	CONAMA Resolução CONAMA nº 357	CBH-MPS
Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos	Estadual/Nacional	IINEA	INEA
Outorga	Estadual	CBH – MPS	INEA
Cobrança	Estadual	CBH – MPS	INEA
PROHIDRO	Estadual	INEA	INEA

Análise dos resultados – Instrumentos de Gestão

Diagnóstico Participativo



•Plano da Bacia Hidrográfica da RH III (PBH)

O Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul é composto por cadernos específicos para cada uma das nove sub-bacias descritas no Plano, inclusive para a região do Médio Paraíba do Sul.

Sua última atualização foi em 2010.

Análise dos resultados – Instrumentos de Gestão

Diagnóstico Participativo

- **Enquadramento dos RH do Médio Paraíba do Sul**
- O Estado do Rio de Janeiro não possui legislação específica de classificação das águas e enquadramento dos seus corpos hídricos,
- Utiliza o sistema de classificação e as recomendações utilizados estão na resolução CONAMA 357.
- O artigo 42 desta resolução estabelece que, *“enquanto não forem feitos os enquadramentos, as águas doces serão consideradas Classe 2, as salinas e salobras Classe 1, exceto se as condições de qualidade atuais forem melhores, o que determinará a aplicação da classe mais rigorosa correspondente”*.

Análise dos resultados – Instrumentos de Gestão

Diagnóstico Participativo

- **Enquadramento dos RH do Médio Paraíba do Sul**

Distribuição do enquadramento atual dos recursos hídricos estaduais da Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul

RECURSO HÍDRICO	ENQUADRAMENTO
Trecho do Rio Preto (da cabeceira a Foz do Rio Prata)	Classe 1
Trecho do Rio Paraíba do Sul	Classe 2
Trecho do Rio Paraibuna	Classe 2
Demais Rios estaduais da RHIII	Classe 2

Fonte: Adaptado por Detzel Consulting, 2012

Análise dos resultados – Instrumentos de Gestão

Diagnóstico Participativo

- **Sistema de informações sobre Recursos Hídricos - Cadastro de usuários**

O cadastro de usuários de água do Médio Paraíba do Sul é feito junto ao Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH) - (Decreto Estadual nº 40.156)

O CNARH é a unificada para usuários de águas de domínio da União e dos Estados, sendo um instrumento fundamental para o planejamento e articulação das ações da Bacia

Análise dos resultados – Instrumentos de Gestão

Diagnóstico Participativo

•Outorgas e cobrança pelo uso da água

Atualmente é de responsabilidade do INEA conceder a utilização da água em território estadual, competindo a este órgão operacionalizar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, arrecadar e administrar estes recursos que são recolhidos pelo FUNDRHI.

Análise dos resultados – Instrumentos de Gestão

Diagnóstico Participativo

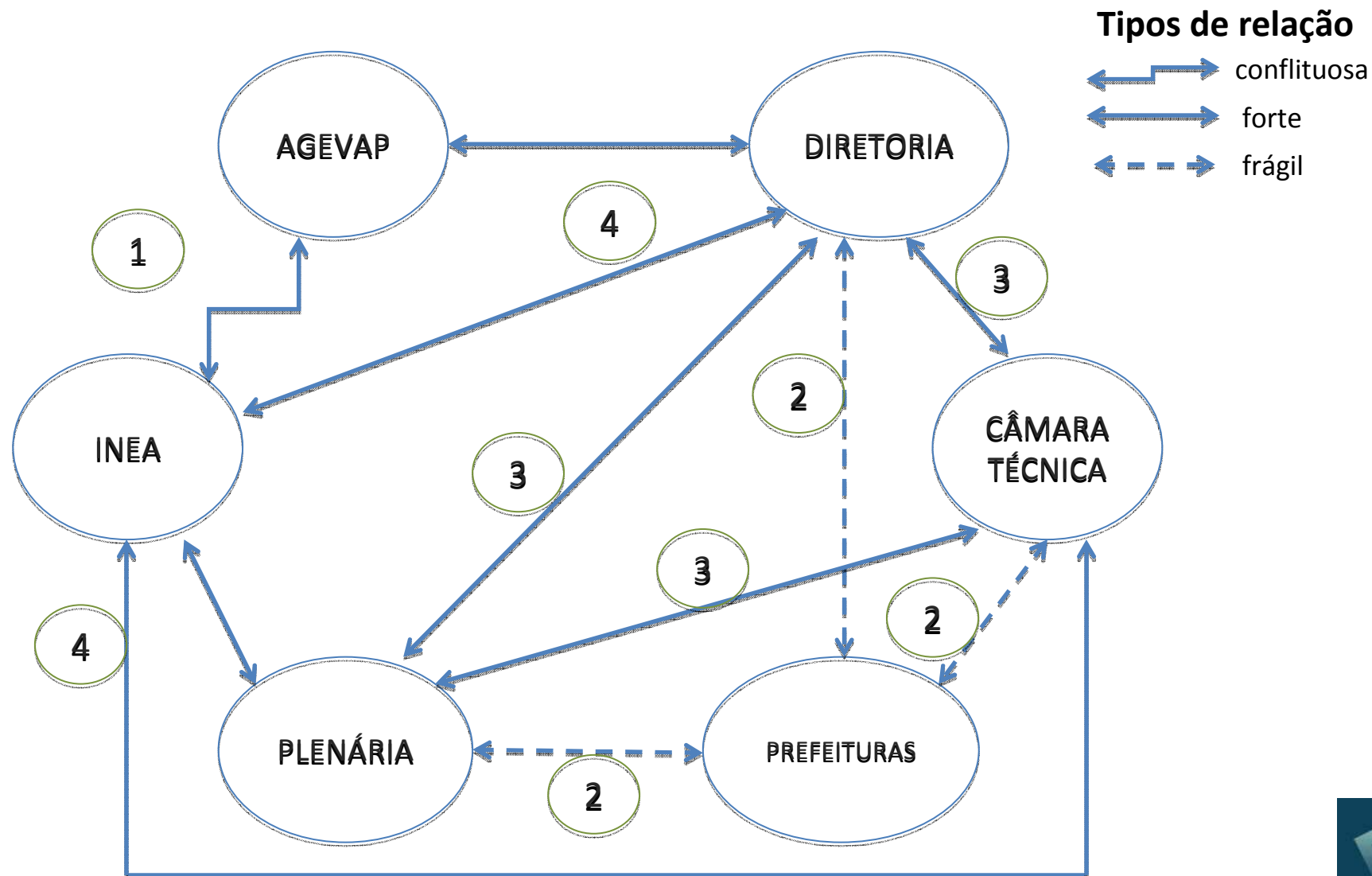
•PROHIDRO

O Programa Estadual de Conservação e Revitalização dos Recursos Hídricos (PROHIDRO), que visa atingir metas estabelecidas no Plano Estadual de Recursos Hídricos e no Plano Plurianual do Estado não está implementado na região do Médio Paraíba do Sul.

Análise dos resultados - Relação interinstitucional

Diagnóstico Participativo

Relação interinstitucional



Análise dos resultados - Relação interinstitucional

Diagnóstico Participativo

- Desconhecimento das atribuições da AGEVAP, do INEA e do próprio Comitê por parte da maioria dos membros, gerando conflitos de competências, uma vez que as atribuições e obrigações das esferas competentes não estão clarificadas;
- Pouca flexibilidade para desembolso de recursos;
- Burocracia que envolve a aplicação dos recursos, o fraco funcionamento da comissão de acompanhamento (INEA – AGEVAP);
- Equipe reduzida para atender as demandas técnicas do Comitê;
- Pouca autonomia da unidade AGEVAP-Volta Redonda;

Análise dos resultados - Relação interinstitucional

Diagnóstico Participativo

- Local físico da AGEVAP Volta Redonda: segundo os entrevistados, corresponde a local degradado não respeitando a legislação ambiental refletindo uma incoerência entre o propósito do Comitê e o exemplo que ele repassa para a população em geral.
- O relacionamento Comitê - Prefeituras foi apontado como positivo embora distante.
- Entre as instâncias do Comitê (Plenária, Câmara Técnica e Diretoria) foi apontado um relacionamento saudável, com foco na gestão participativa.
- A principal fragilidade relatada foi a dificuldades na resolução de conflitos e impasses gerados tanto nas reuniões plenárias quanto nas reuniões da Câmara Técnica.



Análise dos resultados – Comunicação Interna

Diagnóstico Participativo

- A comunicação interna foi bem avaliada pelos entrevistados
- Os instrumentos de comunicação interna são o site do Comitê, a lista de discussão via email (para repasse de informes, prazos e datas, pautas e outros documentos) e o telefone.
- Anualmente, é elaborado um Boletim Anual, onde são divulgadas as ações do Comitê e dadas notícias sobre a Bacia do Médio Paraíba do Sul.

Análise dos resultados – Comunicação Interna

Diagnóstico Participativo

A lista de discussão via email se mostrou bem eficaz no sentido do **repasso de informações**, porém **não é utilizada para discussões sobre temas relevantes acerca da Bacia e do próprio Comitê**.

Segundo os entrevistados, esta ferramenta poderia ser melhor utilizada, com o incentivo ao debate e amadurecimento de alguns temas antes das plenárias.

Análise dos resultados – Comunicação Externa

Diagnóstico Participativo

Segundo o Regimento Interno, uma das funções do Comitê é:

“promover a divulgação dos problemas identificados e das decisões tomadas quanto à administração dos recursos hídricos”.

Os resultados das entrevistas apontam alguns aspectos relacionados a comunicação externa que restringem a função citada acima.

Análise dos resultados – Comunicação Externa

Diagnóstico Participativo

Site do Comitê

- O Comitê (Decreto de criação, regimento interno e suas alterações, composição, deliberações, moções e atas);
- Sobre a AGEVAP
- Dados sobre cobrança e arrecadação (valores cobrados, arrecadados e transferidos para a AGEVAP);
- Estudos e projetos (estudos e projetos sobre a região hidrográfica e o Plano de Recursos Hídricos);

Análise dos resultados – Comunicação Externa

Diagnóstico Participativo

- Investimentos na bacia
- Dados sobre Monitoramento hidrometeorológico
- Dados sobre a situação e operação dos reservatórios
- Legislação sobre Recursos Hídricos (Estadual e Federal);
- Informações sobre o contrato de gestão

Análise dos resultados – Comunicação Externa

Diagnóstico Participativo

Embora a maior parte das informações esteja disponível, o conteúdo não está em forma e conteúdo adequado para o público leigo, em resultado da linguagem técnica utilizada.

As interpretações sobre: O que é o Comitê?! Onde ele atua? O que ele faz? Quais ações em andamento? Quais resultados já obteve?

não estão clarificadas na estrutura e na linguagem adotada nesta mídia.

Não estão claras também as informações sobre a gestão dos recursos hídricos de uma forma geral.

Análise dos resultados – Comunicação Externa

Diagnóstico Participativo

Embora a maior parte das informações esteja disponível, o conteúdo não está em forma e conteúdo adequado para o público leigo, em resultado da linguagem técnica utilizada.

As interpretações sobre: O que é o Comitê?! Onde ele atua? O que ele faz? Quais ações em andamento? Quais resultados já obteve?

não estão clarificadas na estrutura e na linguagem adotada nesta mídia.

Não estão claras também as informações sobre a gestão dos recursos hídricos de uma forma geral.

Análise dos resultados – Comunicação Externa

Diagnóstico Participativo

A ausência de mecanismos de comunicação diretos para ampla divulgação do Comitê, tanto para a sociedade quanto para as prefeituras e a dificuldade na realização de eventos;

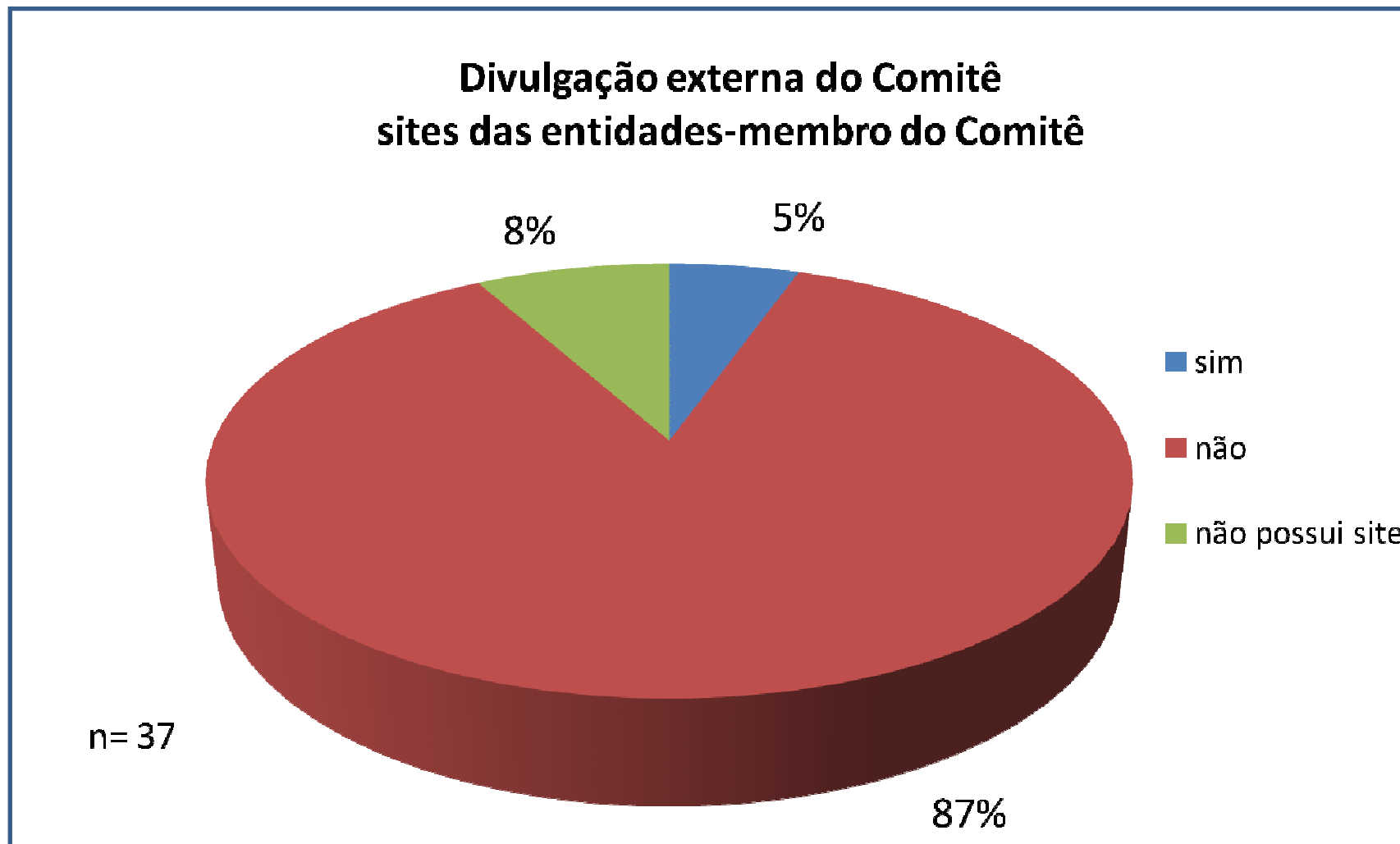
Foi realizada uma pesquisa de mídia, com pesquisa no site de busca *Google* e também nos sites das entidades que fazem parte do Comitê. Para identificar como e onde as informações estão disponíveis para a sociedade.

Pesquisa de Mídia

- Nas 5 primeiras páginas de acesso, 97% dos links direcionados apenas para o site do Comitê, indicando baixíssima divulgação na mídia digital, que ocorre também no site das entidades.
- As notícias sobre o Comitê divulgadas pela imprensa não especializada se referem ao I Fórum do Rio Preto, realizado em Visconde de Mauá (Resende - RJ), no dia 23 de março de 2012.
- Do total de 37 sites analisados (membros), apenas o site do INEA e o ICMbio oferecem informações e divulgação para o Comitê, o que revela uma baixa capilaridade das informações

Análise dos resultados – Comunicação Externa

Diagnóstico Participativo



Análise dos resultados – Comunicação Externa

Diagnóstico Participativo

Os aspectos aqui apontados indicam fragilidades no contrato de gestão, que aponta o site (quantidade de acessos) e o boletim anual como únicas formas de comunicação.

Embora o Comitê tenha autonomia para deliberar e alocar recursos para outras estratégias de comunicação, a burocracia e dificuldades na aplicação de recursos se configura em entrave para tais ações.

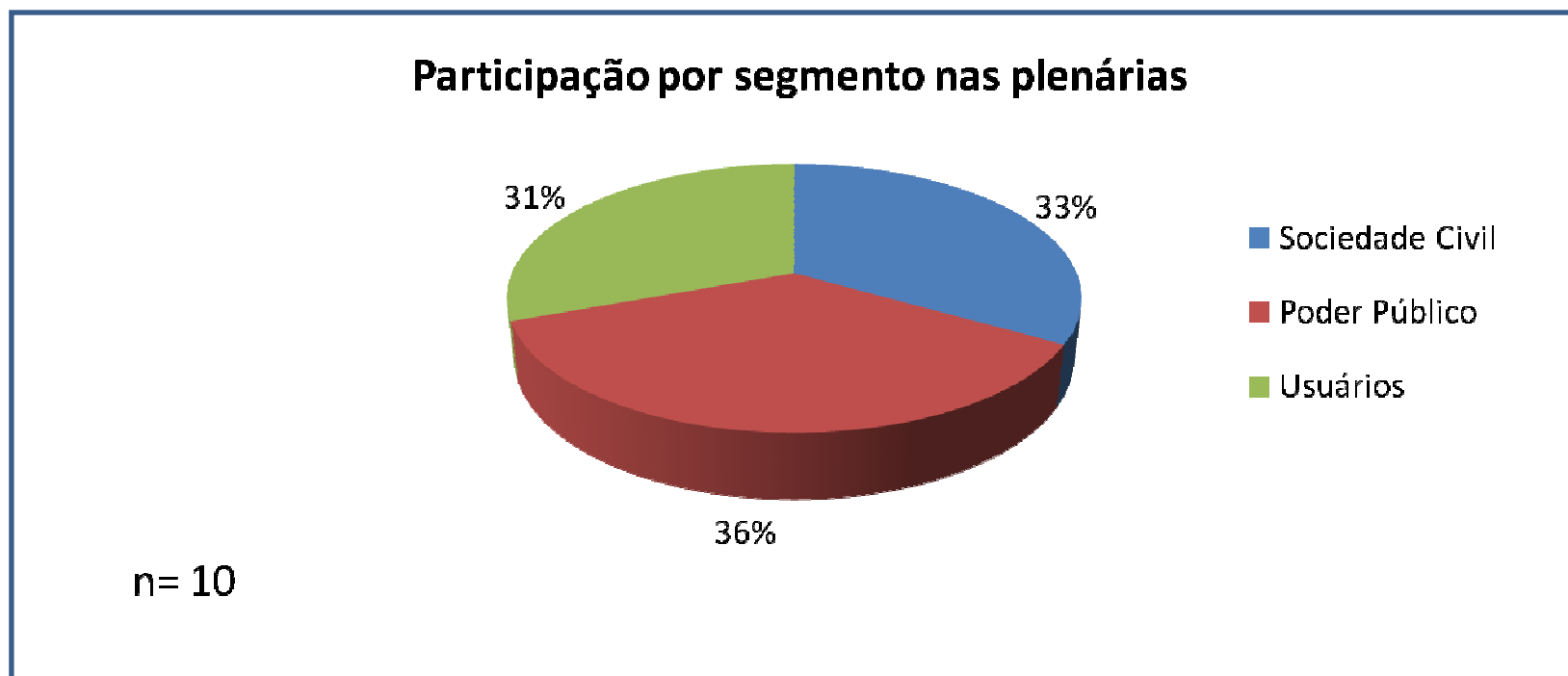


Análise dos resultados – Participação no Comitê

Diagnóstico Participativo

O Comitê é composto por representantes da sociedade civil, poder público e usuários, respeitando a paridade entre os segmentos conforme disposto na Lei Estadual nº 3239, de 02 de agosto de 1999.

A análise das atas das plenárias mostra que não há problemas relacionados a quórum nas plenárias e há uma participação equilibrada nas reuniões.



Análise dos resultados – Participação no Comitê

Diagnóstico Participativo

- Em termos qualitativos observam-se vários estágios de participação, de acordo com o nível de envolvimento com o Comitê.
- A Diretoria e a Câmara Técnica - instâncias diretamente envolvidas no estudo de propostas, acompanhamento técnico, definição de normas e regulamentação - apresentam forte comprometimento e principalmente disponibilidade, uma vez que as atividades não são remuneradas e a crescente demanda do Comitê.
- A quantidade de pautas a serem discutidas pela Câmara Técnica leva a um ritmo de reuniões (chegando a três por mês) que por muitas vezes dificulta a participação de todos os membros envolvidos nesta instância.

Análise dos resultados – Participação no Comitê

Diagnóstico Participativo

Em relação às plenárias, a estratégia de itinerância das reuniões foi bem avaliada e não há problemas em relação a quórum (especificado anteriormente). Apesar disto observam-se algumas fragilidades na participação nesta instância.

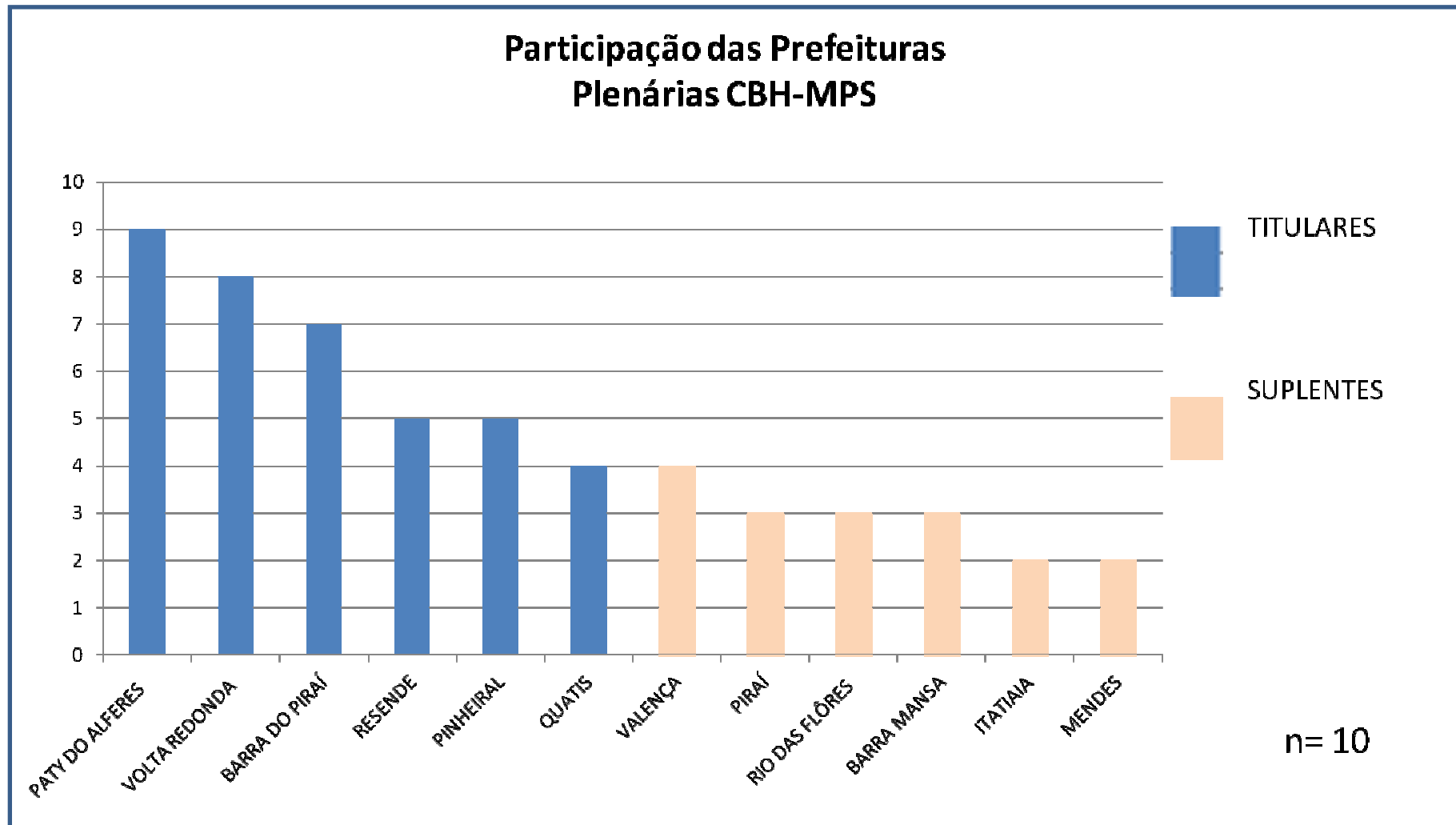
Segundo análise das entrevistas e as atas das reuniões, observam-se poucas discussões e questionamentos nas plenárias, ficando o espaço restrito a votações e acompanhamento das ações do Comitê.

Os entrevistados do segmento usuários sugeriram que as plenárias poderiam ocorrer também dentro das empresas e de outras entidades (membros do Comitê) que tenham condições de promover uma reunião do CBH-MPS

Análise dos resultados – Participação no Comitê

Diagnóstico Participativo

A baixa participação das prefeiras foi o aspecto recorrente durante as entrevistas.



Análise dos resultados – Participação no Comitê

Diagnóstico Participativo

Ainda em relação a participação das Prefeituras:

- Há um alto grau de desconhecimento por parte das prefeituras de municípios menores (outrora, distritos) sobre o que é o Comitê, o que ele faz e aonde atua.
- O entendimento acerca da relevância do Comitê enquanto órgão deliberativo e consultivo para a gestão das águas na Bacia do Médio Paraíba do Sul é inexistente e tampouco o papel e obrigação dos membros é conhecido.
- Na maioria dos casos, há carência de pessoal e orçamento reduzido nas pr, situações que se somam à agregação de várias pastas em uma única Secretaria de governo, o que dificulta o foco de ações e também a participação nos colegiados a que pertencem, inclusive o Comitê. Este problema inviabiliza não só a participação, mas também a elaboração de projetos e consequentemente a gestão das águas nestas regiões.



Análise dos resultados – Participação no Comitê

Diagnóstico Participativo

- Na maioria dos casos, há carência de pessoal e orçamento reduzido nas prefeituras menores, com situações que se somam à agregação de várias pastas em uma única Secretaria de governo, o que dificulta o foco de ações e também a participação nos colegiados a que pertencem, inclusive o Comitê. Este problema inviabiliza não só a participação, mas também a elaboração de projetos e conseqüentemente a gestão das águas nestas regiões.

Análise dos resultados – Capacitação

Diagnóstico Participativo

Embora não seja função do Comitê capacitar seus membros e para a sociedade, julgou-se importante avaliar este aspecto, uma vez que a eficácia e eficiência do Comitê dependem, entre outros fatores, da capacidade técnica de seus membros.

O Comitê atualmente não oferece nenhum tipo de capacitação para seus membros e/ou para a sociedade em geral, limitando-se a divulgar cursos externos ou a promover participações em eventos do tipo seminários e congressos, ainda assim, limitados em número de vagas.



Análise dos resultados – Capacitação

Diagnóstico Participativo

A Câmara Técnica possui membros que tem histórico de participação da gestão de águas e são altamente esclarecidos em relação as funções e ações do Comitê, assim como a sociedade civil e a maior parte dos usuários.

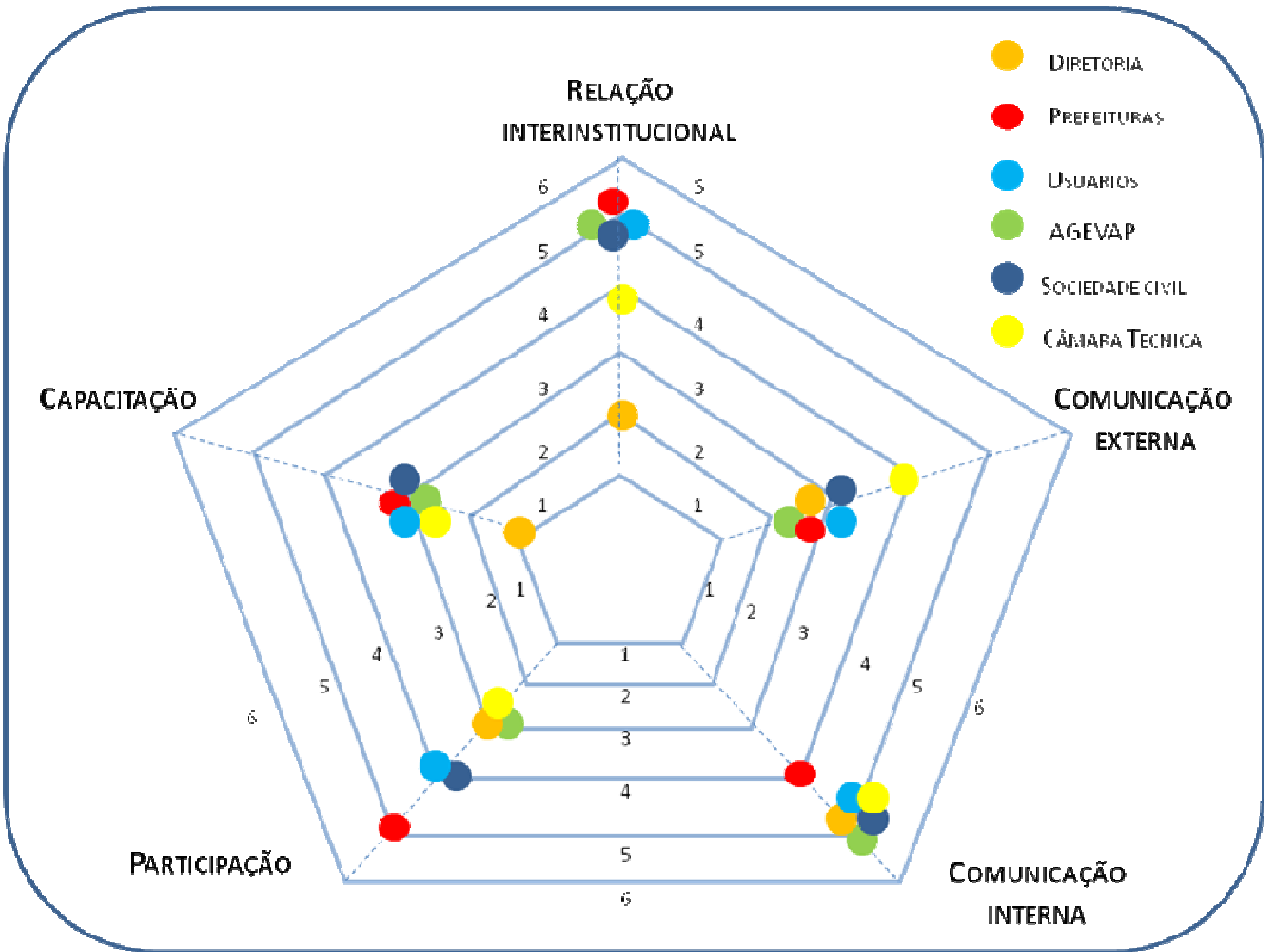
A Diretoria busca aprimoramento constante através da participação em eventos e de capacitações pontuais oferecidas por agentes externos e ainda se apoia com frequência na AGEVAP, que por sua vez, não possui corpo técnico e administrativo suficiente para atender a todas as demandas.

Análise dos resultados – Capacitação

Diagnóstico Participativo

O principal gargalo neste aspecto são as prefeituras de municípios menores. Conforme dito anteriormente, estes membros desconhecem o Comitê e também não recebem nenhum tipo de capacitação.

Dentro deste tema, foram sugeridas ações de capacitação no sentido de estimular o interesse destas prefeituras em relação ao Comitê e a gestão dos recursos hídricos, com possibilidades de participação de outros segmentos da sociedade que não estão representados no Comitê.



Considerações finais

Diagnóstico Participativo

- Alguns pontos do contrato de gestão merecem revisão, devendo ser considerado demandas do Comitê em relação a comunicação, fluxo de processos e procedimentos burocráticos, periodicidade de disponibilização das informações (para que o Comitê possa ter condição de monitorar sistematicamente suas ações e encaminhamentos) e previsão de equipe técnica suficiente para atender as demandas, com a discriminação do que todas as partes (AGEVAP, INEA e CBH) entendem como apoio técnico.



Considerações finais

Diagnóstico Participativo

- A relação das prefeituras (especialmente as de pequeno porte) com o Comitê apresenta-se frágil sob o ponto de vista de participação efetiva (encaminhamento de propostas, conhecimento sobre o que é o Comitê e participação ativa nas discussões), demandando estratégias de aproximação e capacitação, visando o envolvimento de todas as prefeituras envolvidas (titulares e suplentes).

Considerações finais

Diagnóstico Participativo

- A criação de outras Câmaras Técnicas e o incentivo para a participação da figura do substituto e dos suplentes (principalmente das prefeituras) foram alternativas sugeridas pelos entrevistados para estimular a participação e diluir a sobrecarga imposta para a Câmara Técnica Permanente de Instrumento de Gestão e Legal.

Considerações finais

Diagnóstico Participativo

Em relação a Comunicação interna, um dos temas melhor avaliados pelos entrevistados, sugere-se incentivar a utilização da lista de discussão não só para a comunicação de ações e atos do Comitê mas para a discussão propriamente dita, sobre pautas a serem discutidas nas plenárias.

Tal iniciativa tem potencial para otimizar as reuniões plenárias. Além da lista de discussão, outros mecanismos podem ser criados a fim de melhorar a qualidade das discussões internas do Comitê.



Considerações finais

Diagnóstico Participativo

-A comunicação externa é um ponto que também merece ser considerado no âmbito do Planejamento Estratégico, considerando que a rede de informações do Comitê possui baixa capilaridade em relação a sociedade como um todo.

A pouca divulgação restringe suas ações ao grupo especializado e ou diretamente interessado na gestão dos recursos hídricos do médio paraíba do sul. Recomenda-se estratégias no sentido de criar uma rede de colaboração entre as instituições que compõe o Comitê.

Considerações finais

Diagnóstico Participativo

-Foi observado que há equívocos de entendimento sobre os objetivos, as funções e a competência do Comitê, da AGEVAP, do INEA, do CEIVAP, revelado pelo pouco nivelamento entre os entrevistados sobre isto. Em relação a este aspecto recomenda-se a previsão de capacitações (por meio de oficinas, cursos, palestras, entre outras ações) para o nivelamento de informações, considerando mais uma vez, a participação de titulares, suplentes e substitutos.



Considerações finais

Diagnóstico Participativo

Os atores responsáveis pela gestão dos recursos hídricos da Bacia do Médio Paraíba do Sul seja no planejamento ou na execução do PBH cumprem suas funções, conforme disposto no PNRH, PERH, resoluções do CERHI, no contrato de gestão e no regimento interno do Comitê.

As observações e recomendações presentes neste relatório propõe reflexões que otimizem e potencializem as deliberações do Comitê.





Obrigada!!!!!!